

UNIFAAT

NATHALIA CARDINALI SOARES

O IMPACTO PSICOLÓGICO DO ABANDONO PATERNO NA INFÂNCIA

Atibaia, SP
2021

NATHALIA CARDINALI SOARES

O IMPACTO PSICOLÓGICO DO ABANDONO PATERNO NA INFÂNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de psicologia, da UNIFAAT, como requisito total para a Obtenção do grau de Bacharel em psicologia.

Orientador: Marcela Cavallari

Atibaia, SP
2021

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir sobre a paternidade e a importância da figura do pai para os filhos e principalmente apontar os principais impactos da ausência dessa figura tomando como base algumas premissas históricas da paternidade e da evolução desse papel, onde este passa a ser do pai soberano, provedor da casa, protetor da família para uma figura que passa a ter responsabilidade afetiva pela criança tanto quanto a mãe. Além disso, a pesquisa traz um olhar da psicanálise sobre os impactos da ausência física ou simbólica dessa figura de pai nas configurações familiares.

Palavras-chave: Abandono Paterno; Abandono; Paternidade; Parentalidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 HIPÓTESES	5
3 OBJETIVOS	6
4 METODO	7
5 NOÇÃO DE FAMÍLIA	8
6 O LUGAR DO PAI - PRESENÇA/AUSÊNCIA	11
7 IMPACTOS DO ABANDONO PATERNO	13
8 DISCUSSÃO	16
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo investigar e descrever quais são os impactos psicológicos do abandono paterno na infância e realizar uma reflexão sobre as cargas traumáticas levadas por essa criança na sua vida adulta.

Durante as leituras psicanalíticas para o início da elaboração do projeto, nota-se que a infância é o processo de desenvolvimento mais importante para a formação da personalidade de uma pessoa e o quanto as falhas que ocorrer nesse processo podem acarretar diversos traumas que possibilitam o sofrimento do sujeito e até mesmo o adoecimento mental do mesmo.

Laplanche e Pontalis (1988) apresentam um vocabulário de vários conceitos abordados por Freud ao longo de sua obra e os mesmo apresentam a seguinte definição de trauma:

"Acontecimento da vida do indivíduo que se define pela sua intensidade e pela incapacidade em que se acha o indivíduo de lhe responder de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica. Em termos econômicos, o traumatismo caracteriza-se por um afluxo de excitações que é excessivo, relativamente à tolerância do indivíduo e a sua capacidade de dominar e de elaborar psiquicamente estas excitações" (p. 678).

Pontua-se que os traumas causados pelo abandono paterno não serão só obtidos de forma real, ou seja, esse abandono será tratado como o sujeito entende a ausência daquele pai, seja ele abandono real, quando a figura paterna realmente nunca apareceu na vida do sujeito ou simbólico, que é quando a figura paterna daquele sujeito aparece na infância, porém desaparece em seguida e depois volta a aparecer, seguindo nesse ciclo sem fim. Para quem sofre o trauma, o efeito encontra de forma real, o sujeito experimenta a angústia, o que transborda os sintomas. (RATTI, F; ESTEVÃO, I, 2020)

2 HIPÓTESES

Decorrente do problema de pesquisa, algumas hipóteses nortearão o desenvolvimento da investigação aqui proposta. São elas:

Quando uma criança sofre abandono paterno, ela tende a gerar conflitos internos que possam afetar diretamente sua afetividade.

A criança que sofre abandono paterno, tende a desenvolver inseguranças para se relacionar com possível parceiro(a) no futuro, pois pode gerar medo do abandono novamente.

O trabalho que a mãe dessa criança terá que exercer pode gerar sobrecarga e é possível gerar culpa na criança por ter nascido.

O abandono paterno não é somente quando o pai não está mais vivo ou quando houve, de fato, o abandono, mas também é quando a figura paternal demonstra estar ausente fisicamente e distante em atitudes.

3 OBJETIVOS

Investigar quais são os maiores impactos causados numa criança, em sua infância, ao sofrer abandono paterno.

6.1 Objetivos Específicos

- Investigar quais são os impactos psicológicos, sociais e afetivos numa criança que sofreu abandono paterno em sua infância.
- Descrever os principais impactos do abandono paterno na infância.

4 METODO

Será utilizado o método de pesquisa bibliográfica com a finalidade de analisar os conteúdos de estudo do abandono paterno na psicanálise, partindo de uma revisão bibliográfica composta pelos principais autores da área. A finalidade é identificar as possíveis causas e impactos que o abandono podem causar na vida de uma criança e na sua vida adulta e explorá-las de modo a convidar o leitor à reflexão sobre o tema. Vale citar que segundo Pizzani et al. (2012), pesquisa bibliográfica é basicamente a revisão da literatura sobre as principais teorias que dão base ao projeto. Esta pode ser realizada a partir da revisão de livros, artigos de jornais ou revistas ou sites da internet. É um trabalho investigativo de busca do conhecimento e é base norteadora para o projeto.

Para complementar, a pesquisa psicanalítica se mostra diferente das demais abordagens, pois procura investigar vieses inconscientes, ou seja, não trabalha apenas com trabalhos manifestos, mas também conteúdos latentes dos indivíduos e não apenas em resultados exatos, mas em sua profunda subjetividade.

Sendo assim, a pesquisa será baseada em estudos de autores centrais para a psicanálise, dentre eles Sigmund Freud, mas também autores contemporâneos, como Elisabeth Roudinesco, entre outros pensadores que elaboraram trabalhos pertinentes ao assunto.

5 NOÇÃO DE FAMÍLIA

Durante aproximadamente cinquenta anos, a família que conhecemos sofreu transformações importantes que resultaram em deslocamentos na disposição do grupo e no modo como as relações se estabelecem em seu interior. Essa família “tradicional”, composta por um pai, uma mãe e um ou mais filhos, retratada geralmente por um grupo branco, que se senta ao redor do pai, figura de autoridade central a qual todos devem respeito e servidão, sobretudo a esposa. Tal representação social da família está norteadada pela lógica do patriarcado, que segundo o dicionário de psicanálise de Roudinesco e Plon (1998), “patriarcado” é definido como um sistema político-jurídico no qual a autoridade e os direitos sobre os bens e as pessoas se concentram nas mãos do homem ocupando a posição de pai fundador. Ou seja, patriarcado pressupõe poderes desiguais e relações hierarquizadas entre o pai e os outros membros da família. O que significa a dominação masculina e a subordinação da mulher e dos filhos, além de um restrito contato afetivo.

A desestabilização dos papéis de gênero é um fenômeno progressivo, resultando de alguns fatores como a escolarização das mulheres; a entrada da mulher no mercado do trabalho; a separação entre sexualidade e reprodução; a crise da família nuclear burguesa; e as políticas de visibilidade para as comunidades LGBTQ+. Tais fenômenos provocaram deslocamentos importantes nas referências simbólicas organizadoras da sociedade moderna, principalmente a partir da ampliação das fronteiras entre o masculino (público) e o feminino (privado), configurando um novo território para se pensar a diferença sexual (ÁRAN, 2003).

Para Freud, é no seio da família que o indivíduo inicia seu processo de subjetivação a partir da mais antiga manifestação de ligação afetiva conhecida na psicanálise: a identificação. A identificação desempenha um papel significativo na pré-história do sujeito e das famílias, sobretudo a partir de uma lógica das relações Inter psíquicas do grupo, na qual o sujeito sempre será um elo de sua cadeia de origem. Por esse viés, podemos pensar nas questões ligadas ao lugar do pai como elementos de uma trama familiar e social. A família conjugal, dita “nuclear”, tal como hoje a conhecemos no Ocidente, é fruto da consumação de uma longa evolução. Como aponta Roudinesco, em seu livro *A família em desordem*, existiriam três grandes períodos na evolução da família: a família “tradicional”, a “moderna” e a “contemporânea”. A família dita “contemporânea” ou “pós-moderna”, que se consolida a partir dos anos 1960, une dois indivíduos que buscam relações íntimas e realização sexual. Nesses casos, a transmissão da autoridade torna-se complexa, uma vez que esses indivíduos se divorciam, se separam e se casam novamente

(ROUDINESCO, 2003). Logo, as transformações no interior da família acarretarão mudanças nos modos de transmissão dos papéis de gênero.

A primeira fase da família é marcada pela preocupação e a garantia de sucessão de linhagens, raças, dinastias, etc. Era organizada principalmente com uma estrutura com domínio patriarcal, ou seja, os casamentos eram organizados pelos pais, sem um aval dos filhos. Na segunda fase já existe uma evolução no amor, no seu sentido mais romântico, mais recíproco, mas ainda sofre influências do patriarcado. E a terceira fase, conhecida mais pela evolução da família contemporânea, onde os relacionamentos entre as pessoas da família se sustentam no amor, mas também o prazer sexual e satisfação pessoal, o que fez emergir o fenômeno dos divórcios.

Muitos aspectos relacionados a paternidade se baseiam em uma certa supremacia paternal, onde há a representação do pai da família tradicional como imagem de Deus, que é um ser onipotente, fraternal e sagrado, assim como na idade média, a figura do pai também era de um ser imortal. Houve, na história da humanidade, a idade de ouro na onipotência paterna, porém há evidências de que essa onipotência era somente destacada por terem as leis da cidade sempre a favor dessa figura de autoridade (Roudinesco, 2003).

No século 19, houve uma sucessão de transformações sociais e nessa época, Freud entra na discussão e traz à tona as contradições dos modelos vigentes com toda sua problemática e insere os conceitos de complexo de Édipo e família edipiana. A família edipiana é tramada a partir do momento que o filho “assassina” o próprio pai por desejar a mãe e questionar sua autoridade, assim como as filhas iniciam os mesmos questionamentos à mãe para alcançar a sua liberdade sexual.

Roudinesco (2003) indica a família edipiana como o “paradigma do advento da família contemporânea”, pois estabelece o complexo de Édipo como estrutura psíquica universal. Sendo assim, os modelos de relações também se tornam universal. Ou seja, nas relações se tornava indispensável dentro da visão psicanalítica, o desejo, o amor, a paixão e também o sexo. A nova organização familiar então apresentava três pilares: O poder patriarcal enfraquecido; o filho que antes era visto somente como um objeto, agora assume um papel mais central na família e se torna um sujeito, continuidade dos pais e passa a ser desejado; e o lugar da mulher, do matriarcado, é ampliado para além de mulher e esposa em busca da sua individualidade e subjetividade. Além disso, o patriarcado perde também parte do controle sobre o corpo das mulheres, o que as fez conquistar também o controle da procriação e concepção.

“A psicanálise foi, portanto ao mesmo tempo, o sintoma de um mal-estar da

sociedade burguesa, presa das variações da figura do pai, e o remédio para esse mal-estar. Contribuiu para a eclosão, no seio da família afetiva, de novos modos de parentalidade – Família dita “recomposta” ou “monoparental” -, ao mesmo tempo se tornando o fermento de um duplo movimento social que vinculava a emancipação das mulheres e dos filhos – e mais tarde dos homossexuais – à rebelião dos filhos contra os pais. Eis por que foi impulsionada pela industrialização, pelo enfraquecimento das crenças religiosas e por uma diminuição cada vez mais intensa dos grandes poderes autocráticos, teocráticos, monárquicos (ROUDINESCO, 2003, p. 93).

Roudinesco (2003, p. 102). afirma que, ao contrário do que muitos pensaram, a família não se anulou, mas sofreu uma reestruturação de forma horizontal, permitindo a evolução da sociedade e das gerações e que buscam uma união afetiva com os seus filhos que servem como “porto-seguro” um do outro para suportar as desordens do mundo e quando essa concepção familiar não funciona, ocorrem os divórcios. Então, logo se começou a popularizar a noção de “carência paterna”, isto é, da ausência do pai nas situações de divórcio, em que a criança era confiada à mãe. Teorizou-se enfim a noção de “renúncia da figura paterna” para dar conta das situações nas quais o pai era julgado inapto a assegurar uma presença real junto aos seus em função de um trabalho que o afastava do lar parental.

6 O LUGAR DO PAI - PRESENÇA/AUSÊNCIA

De acordo com o dicionário da língua portuguesa, pai significa: “genitor; gerador”, porém as mudanças nos papéis sociais passaram a exigir que o pai saia dessa zona tradicional e distante da família, convocando-o a desempenhar uma presença efetiva na formação dos filhos. Alguns autores defendem que é a partir do discurso da mãe que o papel de pai pode ser definido, é ela quem pode permitir essa função é possibilitar que ele assuma seu lugar nos cuidados dos filhos (Pereira, Vanderlei et al, 2017). O que também vem mudando em decorrência da emancipação progressiva das mulheres de padrões que reforçam seu lugar de única responsável pela criação dos filhos, passando a reivindicar mais a presença de seus parceiros na divisão de tarefas.

Na psicanálise, é a partir do princípio do complexo de Édipo que o sujeito se edifica e se insere na cultura, ou seja, o pai é um regulador da aptidão do filho avançar na estrutura do mundo real. A partir da interiorização da autoridade e da severidade do pai, se forma o superego, instância moral em cujo fundamento está a interdição do incesto. O superego tem um aspecto duplo: impõe por um lado a ordem “você deveria ser assim (como o seu pai)” e por outro a proibição “você não pode ser assim (como seu pai), ou seja, você não pode fazer tudo o que ele faz, certas coisas são prerrogativas dele”. Ou seja, a criança terá acesso a experimentar a construção do “eu”, da agressividade, da defesa e exploração de toda a atmosfera.

Porém, apesar da importância da figura do pai, alguns homens tomam isso com pesar pela grande responsabilidade e se fragilizam, pois pode despertar desejos inconscientes que remetem ao conflito parental da sua história familiar, por isso é impossível prever a reação do homem ao nascimento do seu filho (Gomes & Resende, 2004). Esses lugares paternos são internalizados de modo diferente ao longo dessas transformações no modo como as relações familiares se estabelecem, podendo ser: o provedor, o herói, o ausente, o frágil, o rígido, entre outras representações.

É importante ressaltar que há uma diferença entre os termos “Pai” e a “Figura Paterna”. O termo “pai” é designado a quem representa essa figura paterna, mas não necessariamente quem a executa é o pai biológico. Em outras palavras, o pai seria uma representação física da função, enquanto a figura paterna está mais atrelada no simbolismo ao qual representa (Alencar & Moraes, 2017). O que significa que cumprir a função paterna depende do desejo subjetivo para tal.

Sendo assim, se afirma que não há uma composição exata da paternidade, cada indivíduo ressignifica seu papel de pai de várias formas e que a partir dessa ressignificação e subjetividade que o mesmo irá constituir o pai real ou imaginário.

(Pereira, Vanderlei et al, 2017). Na pesquisa feita por Pereira, Vanderlei et al, 2017, os autores entrevistam filhos que se tivessem oportunidade trocariam de pai, não porque não o amava, mas por considerar que seria ideal um outro tipo de relação, por exemplo, com mais diálogo. A fantasia que esses filhos criam sobre a paternidade é significativa, pois o pai “real” é sempre diferente desse ser fantasiado. Porém, é pela ausência de um lugar afetivo e seguro que possa se estabelecer entre pais e filhos, decorrente de um modelo masculino patriarcal, distante, autoritário, com poucas emoções, o vazio paterno venha se reproduzindo desse modo ao longo das gerações.

7 IMPACTOS DO ABANDONO PATERNO

A relação entre a figura paterna com a criança é de tamanha importância, pois representa uma possibilidade de identificação com um modelo masculino. Nesse contexto, podemos compreender a figura do pai, ainda dentro dos modelos patriarcais, como responsável pela transmissão das leis e interditos. Sua ausência pode gerar nos filhos uma dificuldade em conseguir manter vínculos, além de características como o desrespeito pelo outro, problemas na autoconfiança, independência, flexibilidade, criatividade e espontaneidade, o que gera como consequências transtornos psicológicos, desamparo e sensação de inadequação, além de gerar crises de identidade, pois não conseguem ter uma visão positiva de si mesmos e do mundo (Pereira, Vanderlei et al, 2017). Para alguns autores:

“Vale ressaltar que a ausência física não é o mais penoso para os filhos, mas sim o fato desta figura tê-los abandonado, o que gera sentimentos de menos valia, insegurança e baixa autoestima, oriundos de uma sensação de rejeição por quem deveria oferecer amor e cuidado (SGANZERLA E LEVANDOWSKI, 2010; LIMA, 2012).”

Assim como cita Benczik (2011) em sua pesquisa é evidente que as crianças criam fantasias acerca dessa ausência ou distanciamento, tais como, por exemplo, de não serem amados e desejados, assim comprometendo sua autoestima e confiança em si. Muza (1998) aponta que crianças que não têm uma convivência significativa com o pai, têm maior dificuldade de identificação sexual, de estabelecer limites e reconhecer regras sociais.

A importância da figura paterna na vida da mulher tem uma relação muito específica nos relacionamentos amorosos, como quando há casos de mulheres que são agredidas ou maltratadas e aceitam esses comportamentos dos parceiros, pode estar associado à relação com o pai que pode ter sido ausente, distante ou agressivo desenvolvendo um vazio de afeto masculino que gera dependência emocional nas relações com os homens. A relação com o pai na vida da mulher é extremamente importante, pois a decepção dessa troca pode ocasionar crises de identidade, principalmente na sexualidade (Pereira, Vanderlei et al, 2017). Além disso, Benetti & Inada (2018) trazem como resultado que a ausência paterna deixa uma grande lacuna simbólica, na qual algumas mulheres buscam preencher com essas figuras amorosas, levando-as a uma compulsão à repetição. Observou-se também que as mulheres, em geral, são as responsáveis pelos rompimentos dos relacionamentos amorosos, o que pode ser relacionado a um medo de reviver a situação de abandono ocorrida na infância e assim preferem se antecipar e encerrar o relacionamento para que não ocorra novamente. Partindo de uma perspectiva de

Melanie Klein:

as crianças que não tiveram a presença da figura paterna podem internalizar esse pai mal, tendo como consequência um sentimento de rejeição e destreza pela figura amada e assim gerando mecanismos de defesas em que quando adulta passam grande parte da vida buscando realizações excessivas e irrealizáveis, nunca conseguindo alcançar de fato seus desejos, desdenhando, rejeitando e se afastando de suas conquistas, assim estaria sempre buscando o amor que lhe faltou na infância, procurando preencher os vazios que não consegue lidar. (Alencar & Moraes, 2017)

Raeburn (2015) cita que as crianças que cresceram sem a presença do pai, tem uma predisposição a se envolverem em crimes, gravidez na adolescência, depressão e/ou uso de substâncias psicoativas. É importante ressaltar que cada indivíduo tem maneiras particulares de se relacionar, na qual é constituída através de experiências infantis, ou seja, com as figuras materna e paterna. Portanto, entende-se que as pessoas procuram parceiros que se assemelham e assim tendem a repetir essas relações. Diante disso, quando as relações com as figuras parentais são conturbadas, pode impactar diretamente em complicações na vida amorosa dessa criança quando adulta. (Benetti & Inada, 2018)

Além disso, Benetti & Inada (2018) abordam a teoria freudiana do trauma, compreendendo que a depender da intensidade da experiência traumática, pode haver uma impossibilidade de elaboração que traz consequência para o seu funcionamento psíquico do sujeito. O abandono paterno, a depender das condições em que ocorre e da qualidade de afeto proveniente dessa figura, pode ser caracterizado como trauma, uma vez que é um evento de forte impacto à vida psíquica do sujeito que o vivencia, especialmente na infância e adolescência, quando não existem condições emocionais de lidar com tal experiência.

O abandono paterno é um assunto tão relevante, que judicialmente foi reconhecido, pois o pais tem responsabilidade civil por esse ato previsto no art. 227, caput, do referido diploma legal.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Sendo assim, o abandono paterno não apenas relacionado a ausência dessa figura, mas sim com o descumprimento do dever de cuidado durante o desenvolvimento físico, psíquico e moral da criança/adolescente. É a supressão do

direito de conviver em um ambiente familiar saudável, protetivo e atencioso. O desprezo, a falta de cuidado, de atenção e o descaso na criação e no convívio com o filho são indícios do abandono afetivo, que quando praticados podem provocar a responsabilização civil e a criança prejudicada tem o direito de pedir ressarcimento e reparação dos danos causados. (Bonini et al, 2017)

8 DISCUSSÃO

A partir das transformações sociais e dos deslocamentos dos papéis de gênero, o lugar do pai dentro de uma criação próxima e afetiva passou a ser requisitado. A parentalidade refere-se então à nomeação de vínculos de parentesco e processos psicológicos que se desenvolvem a partir destes, sendo a principal função parental, garantir a construção de subjetividade ao(s) filho(s) (Rodríguez, Merli & Gomes, 2015). Uma parentalidade que permita que se exerçam cuidados igualitários, ainda é um lugar ideal a ser alcançado para a realidade de muitas famílias. Porém, as novas maneiras de ser família devem ser concebidas a partir de uma ética capaz de abranger as demandas afetivas dos sujeitos nelas envolvidos. Esta ética necessita estar ancorada, deste modo, nas mais variadas formas de conjugalidade, parentalidade e filiação, as quais configuram um contexto familiar fundamentado nos laços de afeto.

A família sempre foi vista como o grupo relacional que se configura e se vincula a partir de laços consanguíneos, afetivos e da transmissão geracional garantindo o equilíbrio entre o individual e o plural do qual todo sujeito precisa para construir sua identidade. Entretanto, historicamente, o pai representa uma figura soberana, que traz o sustento financeiro da casa e com isso pode-se dizer que o homem foi despojado de sua paternidade, uma vez que lhe reconhecendo tão somente uma função econômica, afastaram-no, progressivamente, da vida de seus filhos (Cúnico & Arpini, 2013), mas na contemporaneidade, a figura paterna não é mais a base de um sustento familiar e percebe-se então, outro propósito para que os pais exerçam de maneira mais assertiva os cuidados com seus filhos.

A ausência dessa figura paterna pode ser relacionada não somente a ausência física, como divórcio, mudança de cidade ou morte, mas também a distância emocional, a falta de vínculo entre o filho e a figura de pai, ou seja, o quanto ter uma figura paterna ausente pode ocasionar danos irreparáveis capaz de comprometer a vida da criança e do adulto que se tornará. Freud (1914/2006) já considerava que o sujeito inicia seu processo de individuação no seio da família e afirmava que ele se encontra dividido entre suas próprias necessidades e a cadeia da qual faz elo involuntariamente, tornando-se portador de uma herança. Imersa no romance familiar, a criança passa a ser investida a partir das reminiscências do narcisismo dos próprios pais, vindo a concretizar os sonhos dourados que estes não puderam realizar. Freud (1914/2006), declarava: “O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior” (p. 98). Esse tipo de amor pode ser considerado uma das motivações para o

desempenho da parentalidade, construída tanto por consanguinidade, quanto por aliança, independente de procriação genética para sua manifestação (Passos, 2007). Desse modo, aquilo que é transmitido no interior da relação pais e filhos é entendido como uma possibilidade que os sujeitos têm de, por meio de identificações, se constituírem dentro de um grupo que outorga lugares, ou ainda os aprisiona na teia familiar.

As recorrências do abandono paterno dizem muito sobre os lugares afetivos que vem sendo negados por uma geração inteira de homens filhos e netos de homens ainda mais severos em seus padrões afetivos, em um tempo onde a criança nem existia perante os olhos desse pai distante e frio. Além dos reforçadores sociais que estipularam que os homens devem prover e as mulheres cuidar. Desde criança, os meninos são criados distantes do universo da “brincadeira” de casinha, de boneca, e inseridos em atividades que se voltam para o externo, para a competitividade e para o pouco contato com as emoções. Certamente isso traz um impacto no momento de interagir com os filhos.

O abandono paterno, a depender das condições em que ocorre e da qualidade de afeto ou desafeto proveniente dessa figura, pode ser caracterizado como trauma, uma vez que é um evento de forte impacto à vida psíquica do sujeito que o vivencia, especialmente na infância e adolescência, quando não existem condições emocionais de lidar com tal experiência, ou ambiente acolhedor que pudesse sustentar a falta. Que todos esses pais órfãos da possibilidade de se tornarem pais, possam adotar em si sua capacidade afetiva e de cuidados com o outro. Podendo ressignificar através de seus netos, bisnetos, sobrinhos, afilhados, a importância de sua presença.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, nota-se que estamos diante de uma tarefa de abrir através das pesquisas e da circulação do conhecimento, mais possibilidades para a vivência da paternidade, pois precisamos refletir mais sobre o quanto a figura de pai tem importância no desenvolvimento afetivo dos filhos. Dessa forma, precisamos ampliar os espaços de debate sobre o direito de conviver em um ambiente familiar saudável, protetivo e atencioso. A psicanálise tem muito a oferecer nessa temática, tanto enquanto uma teoria que observa de que modo as relações humanas no interior das famílias nucleares operam, quanto como uma técnica terapêutica que permite que o sujeito se compreenda em suas tramas familiares e assim possa gerar novas possibilidades de vinculação. Além de se considerar que o contexto sócio histórico é um norteador importante para compreendermos como esses lugares se estabelecem. Há um ditado africano que diz que “é preciso uma aldeia inteira para criar uma criança”, que todos possamos nos engajar nessa função, você é bem vindo pai.

REFERÊNCIAS

Alencar, M. L. de. & Moraes, R. C. P. de. O impacto da figura paterna no desenvolvimento do indivíduo. **Psicologia - Saberes & Práticas**, v. 1, p. 54-61, 2017.

ARÁN, M. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. In: Revista Estudos Feministas. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 11, n. 2, p. 399-422, 2003. Roudinesco, E.; Plon, M. (1998). Dictionnaire de la Psychanalyse. Paris: Fayard.

Benczik, E. B. P. A. Importância da Figura Paterna para o desenvolvimento Infantil. **Rev. Psicopedagogia**, n. 28(85), p. 67-75, 2011.

BONINI, Ana Carolina Zordan; ROLIN, Ana Paula dos Santos; ABDO, Paulo Roberto Cavasana. Abandono afetivo: Aplicabilidade da responsabilidade civil na relação paterno-filial. **Revista Juris UniToledo**, Araçatuba, SP, v. 2, n. 2, p. 109-124, , abr./jun.2017.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Senado Federal, 1988.

Cúnico, S. D. & Arpini, D. M. A família em mudanças: Desafios para a paternidade contemporânea. **Pensando Famílias**, n. 17 (1) , p. 28-40, 2013.

Freud, S. **Sobre o narcisismo: uma introdução. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** : T. O. Brito et al., trads. Rio de Janeiro, RJ: Imago (Original publicado em 1914)., v. 14, f. 98, 2006.

Muza, G. M. **Da proteção generosa à vítima do vazio**: In L. Silveira. Exercícios da Paternidade. Porto Alegre: Artes médicas, 1998.

Reaburn, P. **O novo papel do pai: A ciência desvenda o impacto da paternidade no desenvolvimento dos filhos**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2015.

Rodriguez, B. C., Merli, L. F., & Gomes, I. C. Um estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. **Temas em Psicologia**, 23(3), p. 751-762.